



Interpelação Escrita

Tanto os alimentos frescos e vivos como o gás butano são artigos indispensáveis, por isso, a flutuação dos preços desses produtos tem, com certeza, amplo impacto para a vida da população. O Governo da RAEM sublinhou, repetidamente, que ia acompanhar, constantemente, a situação de abastecimento dos referidos produtos e as variações dos preços dos mesmos, no sentido de assegurar a estabilidade dos preços e proteger, eficazmente, os direitos e interesses dos consumidores. Entretanto, nos últimos anos tem sido cada vez mais grave em Macau a questão da grande diferença entre os preços de importação e os preços de venda por grosso e a retalho da carne de porco e do gás butano. Como os residentes têm que aguentar a pressão decorrente dos preços elevados, a sociedade em geral questiona os efeitos das medidas adoptadas pelo Governo, destinadas a atenuar a inflação.

Na realidade, já em 2016 eu disse ao Governo que a diferença entre o preço de venda por grosso e o preço a retalho de 1 quilo de carne de porco tinha atingido as 48,1 patacas, quase duas vezes mais do que o preço médio da venda por grosso. Na altura, o Chefe do Executivo reconheceu que, apesar dos preços de importação dos alimentos frescos e vivos serem mais baixos do que os de Zhuhai e Hong Kong, os preços a retalho eram, entretanto, mais altos. Contudo, o mesmo esclareceu que essa situação nada tinha a ver com o monopólio da venda por grosso. Até ao momento, tal diferença dos preços ainda não foi devidamente resolvida, pelo contrário, a situação tornou-se cada



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

vez mais grave. De Janeiro até Setembro deste ano, registou-se uma diferença de mais de 3 vezes entre o preço médio da venda por grosso e o preço médio da venda a retalho da carne de porco, ou seja, em média, uma diferença de 54,7 patacas por quilo. Mais, devido ao impacto da peste suína africana, desde Setembro o preço da venda por grosso da carne de porco tem vindo a subir 3 meses consecutivos, e o preço mais alto da venda por grosso atingiu as 1530 patacas por *picul*.

O Governo dispensou, já, o imposto de importação dos combustíveis, todavia, mantém-se alta a diferença entre o preço de importação e o preço da venda a retalho do gás butano. Ora, em 2013 e 2014, a respectiva diferença não ultrapassou as 6 patacas por quilo, contudo, com a reimplantação, em Fevereiro de 2015, do regime de licença de importação do gás butano, a diferença do preço de importação e do preço de venda a retalho alargou-se, passo a passo. Tal diferença registada em 2015, 2016 e 2017 foi de 7,86 patacas, 9,18 patacas e 10,21 patacas respectivamente, e a diferença registada desde Janeiro até Setembro deste ano atingiu as 10,18 patacas.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Até ao momento, os preços de importação, e os preços por grosso e a retalho dos alimentos frescos e vivos continuam a apresentar uma diferença de algumas vezes. Porquê? Se tal situação nada tem a ver com o monopólio da venda por grosso, o Governo já se inteirou das respectivas razões? Pode tornar públicas as razões dos preços elevados dos produtos alimentares? O Governo dispõe de algumas medidas substanciais para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

baixar o impacto da inflação importada para a vida da população?

2. A reimplantação do regime de licença de importação do gás butano resultou no alargamento da diferença entre o preço de importação e o preço de venda a retalho. Porquê? De que medida dispõe o Governo para fiscalizar a venda a retalho do gás butano?
3. No passado mês de Agosto, referiu o Governo, na resposta a uma interpelação minha, que o *Governo da RAEM* já encarregou uma instituição académica de elaborar um estudo sobre os aspectos como o ambiente geral do mercado de Macau, o sistema de mercado e maneiras como se otimizarão as concorrências sectoriais, analisando, sistematicamente, o que deverá ser aperfeiçoado, elaborando política adequada para o governo e prestando informação fundamental de natureza científica tendo em conta os respectivos trabalhos legislativos. A conclusão do relatório de estudo está, preliminarmente, prevista para finais do corrente ano¹. Qual é o ponto de situação deste estudo? O mesmo já acabou?

20 de Novembro de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ho Ion Sang**

¹ Despacho n.º 358/VI/2018, resposta à minha interpelação apresentada ao Governo da RAEM em 16 de Março de 2018.